

# O PROJETO EMANCIPATÓRIO REVOLUCIONÁRIO E A ARTICULAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES E ANTIOPRESSIVAS PARTICULARES (“IDENTITÁRIAS”)<sup>1</sup>

Carlos Montaña

## 1. Introdução

O presente texto foi apresentado na palestra proferida na Universidad de las Islas Baleares, Espanha, em novembro de 2022, no contexto da Missão de Intercâmbio, CAPES-PRINT, sobre “Sustentabilidade, Crescimento e Desigualdades”. A atividade de intercâmbio foi desenvolvida entre o Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ (Brasil) e o Departamento de Filosofía y Trabajo Social da UIB (Espanha).

O texto foi elaborado a partir das reflexões apresentadas no livro “*Identidade e Classe Social. Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas*” (MONTAÑO, 2021).

Tratar do projeto emancipatório revolucionário e da necessidade imperiosa de incorporar e articular todas as lutas, no âmbito da sociedade civil, do Estado, do mercado e da esfera produtiva em torno da exploração e das diversas formas de opressão, a partir da classe trabalhadora e das variadas “identidades” ou grupos subalternos, de curto, médio e longo prazos, visando as reformas no interior da ordem vigente, em torno da emancipação política, e no caminho revolucionário para a transformação social, para alcançar a emancipação humana.

Reformas e revolução não são questões alternativas, pois as primeiras (quando não isoladas e transformadas em fins últimos) constituem *objetivos* de curto prazo, enquanto a revolução representa a *finalidade* de longo alcance; as reformas são *meios* para o *fim* revolucionário. Ainda, em conformidade com Marx (2010), a *emancipação humana* não é uma decorrência mecânica e direta da *emancipação política*, mas aquela tem esta como condição necessária.

Entendemos que as chamadas “*identidades*” de grupos subalternos, fundadas em relações de opressão, não se identificam, mas também não se contrapõem à categoria de classes sociais, estas fundadas nas relações de exploração. A classe (trabalhadora) é composta de diversas “*identidades*”, enquanto as “*identidades*” são atravessadas pela questão de classe. Os indivíduos reais e concretos pertencem a uma classe social e simultaneamente possuem diversas “*identidades*” (ver MONTAÑO, 2021, p. 61-124).

Em função disso, observamos que as *lutas de classes* e as *lutas antiopressivas* (ou *identitárias*) envolvem processos, relações, situações e objetivos os mais diversos, porém, ao contrário do que aparece numa “lógica identitarista” pós-moderna, não são incompatíveis nem excludentes.

Por tudo isso, procuramos neste texto considerar a capacidade e a necessidade de articulação das lutas de classes e antiopressivas num projeto efetivamente emancipatório e revolucionário.

---

<sup>1</sup>Texto apresentado na palestra proferida na Universidad de las Islas Baleares, no contexto da Missão CAPES-PRINT, em novembro de 2022.

## 2. As lutas antiopressivas (identitárias) devem se articular, como particularidades, à totalidade social

A “lógica identitarista” pós-moderna, que não se identifica com a categoria identidade e com as lutas identitárias (ou antiopressivas), destotaliza as lutas identitárias, as quais passam a ser autonomizadas e postas numa polarização pessoalizada entre o “nós” e o “eles”.

Assim, ao retirar das reivindicações, causas e lutas antiopressivas (identitárias) o fundamento capitalista e a centralidade da classe, suprimindo assim o substrato anticapitalista e revolucionário, o que fica é apenas a “questão particular”, reduzida à sua própria *singularidade*, como se fosse uma questão autônoma, independente, desconectada da totalidade social: uma questão de raça, ou de gênero, ou de orientação sexual etc.

Dessa forma, essa “causa particular” e “identitária”, levada à singularidade, poderá estar presente em movimentos, organizações e pautas tanto de esquerda como de direita. Assim, há frações do movimento negro, feminista, LGBT etc., pertencentes ao espectro político de esquerda e de direita, ou às classes trabalhadora e burguesa. Basta registrar, a modo de exemplo, o chamado “feminismo burguês”, ou as posições racistas do presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, e, ainda, os chamados “gays de direita”, representados nas posições do ex-senador Clodovil sobre as paradas do orgulho gay e sobre a ditadura militar.

Ocupar individualmente espaços de poder não constitui em si um caminho para a destruição desse poder. Ou seja, destituído da totalidade, o indivíduo que alcançou lugares de poder e prestígio pessoal, se não emprega esse poder para combater o poder não traz benefícios para os demais membros do coletivo, não diminui a desigualdade e a opressão que eles vivem, servindo mais para legitimar o poder, criando uma ilusão simbólica, romântica e extremamente conservadora de que o caminho individual, aquele que deixa as estruturas do poder intactas, seria mais factível que a luta contra o sistema de opressão e exploração.

É preciso *retotalizar* as questões, as causas e as lutas identitárias, antiopressivas e particulares no interior da totalidade social. Ao fazer isso, até as causas particulares que impactam diretamente num grupo específico, numa “identidade” particular, dizem respeito, mesmo que de forma diferenciada, ao conjunto da sociedade. O combate ao racismo, por exemplo, é um problema civilizatório, universal.

Assim, as lutas particulares, antiopressivas ou “identitárias” não pertencem apenas ao grupo (identitário) em questão, mas devem ser travadas por todos aqueles que defendem a igualdade social, a justiça e a emancipação humana. Trata-se de uma luta particular, que impacta diretamente num grupo específico, mas que constitui uma luta humanitária e, portanto, podem e devem envolver todos os sujeitos comprometidos com a emancipação, para além dos grupos, das minorias ou das “identidades” das causas específicas, as quais certamente detêm um importante papel. É o que afirma Haider, citando Noel Ignatiev e Theodore Allen:

[...] o fim da supremacia branca não é unicamente uma reivindicação dos negros, separada das reivindicações da totalidade da classe trabalhadora”. Não podia ser deixado aos trabalhadores negros lutar contra a supremacia branca como sua causa “especial”, enquanto os trabalhadores brancos fariam pouco mais do que expressar simpatia e “lutar por suas ‘próprias’ reivindicações”. A luta contra a supremacia branca era central à luta de classes num nível fundamental (2019, p. 77).

O sucesso de uma causa particular, identitária, está não apenas em congregar e mobilizar os membros do próprio grupo, mas na capacidade de convocar e envolver os “outros” nessa causa, a partir da mobilização da alteridade e da empatia. E isso se alcança mais facilmente a partir da articulação de diversas causas particulares num movimento e num objetivo mais amplos e universais, anticapitalistas, antissistemas, emancipatórios. Esse é o caminho para a hegemonia política da classe trabalhadora e dos grupos subalternos, no caminho para a emancipação, no combate a toda forma de opressão, discriminação e exploração.

A luta antiopressiva, ou identitária, não deve restringir – ao contrário, ela deve pressupor a *solidariedade* entre diversos sujeitos, diversas causas e diversas condições sociais: negros, brancos, amarelos, homens, mulheres, heterossexuais, LGBTs, de todas as nações, de todos os credos, de diversos estratos socioeconômicos, comprometidos com a emancipação. O que os une, em cada uma das lutas particulares, não é a “identidade” específica, mas o desejo de justiça e de igualdade social, a luta pela emancipação humana, a solidariedade de classe.

Nesse cenário, só a articulação de todas essas causas e de todas essas lutas, atravessadas pela questão de classe, permite um horizonte anticapitalista e uma perspectiva de transformação social que exija a superação da ordem burguesa.

A mulher, o negro, o imigrante, o LGBT, não são oprimidos apenas por sua condição “identitária”, mas também enquanto classe trabalhadora, fornecendo mais valia e uma força de trabalho mais barata ao capital.

Assim, por um lado, as lutas identitárias (ou antiopressivas particulares) *não podem ser desarticuladas ou dissociadas da questão de classe*, sob risco de se tornarem “pautas” isoladas da totalidade. Se assim fosse, estaríamos tratando de lutas alternativas, dissociadas, desarticuladas umas das outras. Por outro lado, também estas lutas antiopressivas particulares *não podem ser reduzidas e secundarizadas na/pela questão de classe*, pois elas têm suas particularidades e uma relativa autonomia. Dessa forma, conforme sustenta Petras ao tratar das questões de classe e gênero no processo de luta revolucionária, devemos enfrentar as duas “falsas alternativas: o *feminismo burguês* e o *reduccionismo classista*” (PETRAS, 1999, p. 407); ou seja, devemos tanto recusar a alternativa que isola completamente a questão de gênero – desarticulada da classe, juntando numa mesma “identidade” as mulheres patroas e as mulheres operárias, como se a realidade delas enquanto mulheres fosse equiparável –, assim como também devemos rechaçar a alternativa que reduz e secundariza a luta pela igualdade de gênero, subordinando-a à questão de classe – como se a desigualdade entre gêneros não fosse relevante.

### **3. As lutas de classes devem incorporar as bandeiras das lutas antiopressivas (identitárias)**

A *classe trabalhadora é pluri-identitária*, sendo ela composta de diversas “identidades”: de gênero, étnico-racial, de religião, de orientação sexual, de cultura, de nacionalidade etc. Portanto, a classe trabalhadora é perpassada por todas essas questões. Ela não pode ignorá-las, não pode secundarizá-las e não pode deixá-las para depois da “grande revolução socialista”. Ela precisa reconhecê-las, tratá-las internamente e incorporá-las, mesmo que com

certa autonomia, como *particularidades* e formas *complementares* das lutas de classes. Pois não haverá sociedade verdadeiramente emancipada sem a superação tanto da contradição de classes, sustentada na *exploração*, como das variadas formas de desigualdade e discriminação social, sustentadas nas diversas formas de *opressão*.

As lutas de classes, centradas na exploração da força de trabalho, são lutas emancipatórias. As lutas antiopressivas, chamadas de “lutas identitárias”, são particularidades das lutas pela emancipação, tanto política como humana.

Portanto, as lutas de classes devem incorporar todas as bandeiras, causas e “pautas” identitárias como lutas particulares de um embate universal. “*Nenbuma a menos*” e “*Vidas negras importam*” são consignas e causas que devem constituir bandeiras das lutas de classes! E não apenas dos respectivos grupos identitários, porque são bandeiras emancipatórias particulares.

Ainda mais, essas pautas pontuais e conjunturais devem ser ampliadas numa luta contra toda forma de opressão, discriminação e desigualdade, e suas causas devem ser bandeiras constitutivas e constituintes das lutas de classes, alcançando a luta pela igualdade social em todas suas dimensões.

A luta de classes deve ser uma luta pela igualdade social, pela emancipação e deve, portanto, impactar em todas as esferas da realidade social onde houver opressão e desigualdade. Nesse sentido, como afirma Florestan Fernandes, mesmo que todos os trabalhadores, enquanto tais, apresentem os mesmos interesses gerais, no entanto, “existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classe”; já que entre classe e raça não há contraposição, mas interpenetração (*apud* ALMEIDA, 2019, p. 188).

Mas essa interpenetração (entre classe e “identidade”) é diferenciada, pois, mesmo não havendo maior *importância* ou *relevância*, mas sim uma *centralidade* da questão de classe, em torno da exploração, dado o fato de ela constituir um fundamento da sociedade capitalista, sua superação, portanto, tem como condição a superação da ordem burguesa. Dessa forma, se a contradição de classe – mesmo que todas as formas de discriminação, opressão e desigualdade sejam igualmente importantes – tem uma clara *centralidade*, dado o fato de constituir um *fundamento* da ordem burguesa, então, em idêntico sentido e por derivação, as lutas de classes – mesmo que as lutas particulares (identitárias) sejam igualmente necessárias e urgentes – também têm um lugar central, dado que elas têm a (exclusiva e imperiosa) necessidade de superar a ordem capitalista, o que lhes confere um papel aglutinador e articulador de todas as lutas particulares.

A “*identidade*”, fundada na diferença e, via de regra, em relações desiguais e de opressão, quando isolada da totalidade, tende a desarticular e a fragmentar a organização e as lutas políticas, inibindo a unidade de grupos identitários diferentes e/ou da classe trabalhadora. Contrariamente, a *classe social*, fundada no antagonismo e na contradição entre capital e trabalho, quando penetrada por todas as formas de opressão e desigualdade, permite a confluência no interior da classe trabalhadora (no sentido mais amplo da palavra) de diversas “identidades”, grupos sociais e setores oprimidos que, lutando por suas reivindicações e demandas particulares, lutam contra a estrutura social e por uma sociedade emancipada.

Assim, enquanto a “*identidade / diferença*”, se isolada (como o faz a “lógica identitarista” pós-moderna), tem uma lógica segmentadora, fragmentadora da unidade dos setores progressistas, contrariamente estes setores são potencialmente reunidos em torno da

classe trabalhadora quando ela incorpora todas as lutas antiopressivas a partir de um projeto anticapitalista e emancipatório.

Isto é, quando articulada com a classe, a luta feminista pela igualdade de gênero se torna também uma luta anticapitalista pela igualdade social e pela emancipação humana. Aqui a igualdade de gênero é entendida como uma particularidade da igualdade social. O particular se integra ao universal, a tática se articula à estratégia, os objetivos imediatos se orientam para as finalidades mediatas.

É nesse sentido que Petras afirma que “a partir de uma perspectiva estratégica, a classe molda a política de gênero [e demais causas particulares], mas não vice-versa” (1999, p. 414), o que “não exclui a possibilidade de algumas *alianças táticas* entre as mulheres de ambas classes” (*ibidem*). Esse “moldar” não significa subsumir uma à outra, mas uma articulação entre as lutas particulares e as lutas de classes, norteadas pelo horizonte anticapitalista, revolucionário.

Assim, as lutas particulares ampliam e enriquecem as lutas de classes no curto prazo, enquanto que as lutas de classes dão um horizonte de longo alcance às causas particulares, para além das especificidades delas. Dessa forma, como afirma Petras, “nem o essencialismo feminista [ou identitarista] nem o reducionismo de classe” (*ibidem*).

Isso não significa que o conjunto das lutas emancipatórias deva se esgotar nem na contradição de classes, nem tampouco no campo estritamente econômico. Nesse sentido, como aponta Wood,

Já não se admite sem discussão na esquerda que a batalha decisiva pela emancipação humana vai ocorrer no campo “econômico”, o terreno da luta de classes. Para muitas pessoas, a ênfase se transferiu para o que denomino bens *extraeconômicos* – emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática. Todo socialista deveria estar comprometido com esses objetivos – na verdade, o projeto socialista de emancipação de *classe* sempre foi, ou deveria ter sido, um meio para o objetivo maior da emancipação humana (2006, p. 227).

Isto é, nem a supremacia do econômico, nem do político ou cultural.

Porém é necessário que esses “impulsos emancipatórios” consigam agir “no centro da vida social, no coração da sociedade capitalista” (*ibidem*), articulados com as lutas de classe e com um projeto anticapitalista. As lutas de classes e o projeto revolucionário socialista devem incorporar as bandeiras contra o racismo, o sexismo ou machismo, a LGBTfobia etc. Sem elas não há verdadeira emancipação humana.

O projeto socialista e as lutas de classes devem conter e incorporar as causas e as lutas ditas “identitárias”, mas não a “lógica identitarista” pós-moderna. Não se trata apenas de que a questão de classe seja incorporada no movimento feminista, no movimento negro ou no movimento ecológico. Trata-se também de que as causas e os movimentos contra o machismo, contra o racismo, contra a homofobia etc. sejam incorporados e articulados ao movimento de classe, socialista, emancipatório.

Mas isso não significa uma primazia da *classe* sobre as “identidades”, ou da *exploração* sobre a *opressão*. Não se trata de uma relação de subordinação de uns (os movimentos antiopressivos) a outros (o movimento operário). Também não se trata de uma prioridade, do tipo: *antes* (as lutas operárias) e *depois* (as lutas antiopressivas).

Trata-se do fato de a luta anticapitalista e socialista ser, pela própria natureza, uma *luta universal*, em dois sentidos.

Por um lado, no sentido de poder *incorporar e articular todas as lutas antiopressivas*, que com suas particularidades passam a fazer parte das lutas do conjunto dos(as) trabalhadores(as): anticapitalista e antiopressiva.

E, por outro lado, no sentido de que *as lutas de classes e o projeto socialista e emancipatório não representam uma luta contra o indivíduo burguês, mas contra a ordem burguesa*. Eles visam suprimir as classes, e não inverter a relação de dominação. Trata-se de um projeto não de emancipação dos trabalhadores, mas de *emancipação humana*. O projeto socialista não se orienta para um sujeito particular (o trabalhador), mas para o conjunto da humanidade. É um projeto civilizatório, emancipatório.

A organização e as lutas dos(as) trabalhadores(as) pode dar às lutas particulares ou identitárias essa orientação universal, que no curto prazo orientam-se para a eliminação das formas de opressão, discriminação e desigualdade, mas atreladas no longo prazo a um projeto emancipatório para toda a humanidade.

#### **4. O projeto emancipatório revolucionário deve incorporar e articular todas as lutas de classe e antiopressivas (“identitárias”)**

Um projeto efetivamente emancipatório deve incorporar todas as formas de lutas, contra a exploração e contra a opressão, as de classes e as identitárias, por “redistribuição” e por “reconhecimento”, orientadas para as conquistas particulares, como um meio para alcançar a finalidade: a transformação social e a emancipação humana, a partir da superação do capitalismo e a transição ao socialismo.

Assim, se por um lado o pensamento liberal dilui (ou esconde) a contradição de classes na abstrata noção de “cidadão”, por outro o pensamento pós-moderno escamoteia a contradição de classes atrás do conceito de “identidade”, polarizando-a de forma autônoma e formando uma relação de opressão, ou desigualdade, retirada da totalidade social.

É preciso devolver à categoria “identidade” a contradição de classe que a atravessa, como é também necessário complexificar a compreensão da classe com a diversidade de “identidades” que a compõe e dão concretude histórica a ela.

É preciso ver as “identidades” compostas de classes, assim como é necessário ver as classes conformadas por “identidades”.

Não temos que optar, na análise ou na ação política, por uma ou outra, pela classe ou pela “identidade”, temos que cruzá-las, articulá-las e interpenetrá-las.

Segundo Losurdo, “a luta de classes emancipadora tende a transcender os interesses dos explorados e dos oprimidos que a promovem” (2015, p. 91), alcançando uma dimensão universal. Isto é, a relação de opressão aprisiona no seu interior, mesmo que desigualmente, tanto o opressor quanto o oprimido. O opressor é *opressor* sim, mas isso não o torna *livre e emancipado*. Assim, sustenta Losurdo, “observamos que em diversas ocasiões Marx e Engels afirmam que ‘não pode ser livre um povo que oprime outro’” (*ibidem*, p. 113). Portanto, superar a opressão é uma demanda imediata do setor oprimido, mas representa no longo prazo uma conquista humano-genérica, civilizatória.

Losurdo afirma ainda que “não é possível traçar uma linha clara entre a luta pela redistribuição [em torno da exploração] e a luta pelo reconhecimento [em torno das formas de opressão]” (*ibidem*, p. 112). Isto é, para Marx e Engels, conforme o autor italiano, as lutas de classes são simultaneamente lutas pela distribuição/redistribuição de renda/riqueza e lutas pelo reconhecimento, isto é, contra a exploração e contra as diversas formas de opressão.

Portanto, se, como afirmam os autores do *Manifesto Comunista*, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40), se “opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta” (*ibidem*), e se as lutas de classes são simultaneamente lutas redistributivas (ou por distribuição da riqueza) e por reconhecimento, então resulta plenamente infundado atribuir a Marx uma primazia das lutas econômicas (redistributivas, em torno da exploração) em detrimento das lutas políticas, antiopressivas (ou identitárias).

Ao contrário, podemos afirmar que na obra marxiana, e em boa parte da tradição marxista, a história de todas as sociedades é a história do conjunto de lutas emancipatórias, econômicas e políticas, por distribuição/redistribuição da riqueza e por reconhecimento, contra a exploração e contra as variadas formas de opressão, sejam de classe ou identitárias.

É a partir da organização e da luta das classes “oprimidas e caluniadas” que “os ‘bárbaros’ e os ‘selvagens’ deixaram de ser tais porque se reconheceram reciprocamente como membros de uma classe explorada e oprimida, convocada a alcançar a emancipação pela luta” (LOSURDO, 2015, p. 117).

Conforme aponta Losurdo, “os momentos mais altos da história” das lutas de classes “foram aqueles nos quais se fugiu da fragmentação, de modo que as diversas lutas confluíram em uma única poderosa onda emancipadora” (*ibidem*, p. 312). Nesse sentido, adotando a noção marxiana (tratada por Losurdo) sobre as duas dimensões das lutas de classe, a luta por “redistribuição” (em torno da desigual distribuição do valor oriunda da esfera produtiva, fundada na exploração de classes) e luta por “reconhecimento” (em torno do acesso à cidadania, fundado na opressão), Safatle afirma a necessidade da esquerda superar a primazia na organização do campo social e político “a partir da equação das diferenças [...], tão presentes nas dinâmicas multiculturais” (2018, p. 29), insistindo no desafio de centrar a organização e as lutas da esquerda no radical projeto do “igualitarismo”.

Como afirma Petras, devemos diferenciar dois tipos de luta: a luta “violenta entre classes inimigas” (lutas centradas na contradição e na exploração de classes) e a luta “não violenta entre homens e mulheres, no âmbito da mesma classe” (centradas nas relações de opressão) (1999, p. 404). Montañó e Duriguetto apresentam essa diferenciação como “*lutas de classe*” e “*lutas sociais*” (2010, p. 117-120), ou *lutas antiopressivas* (*identitárias*), sustentando que a multiplicidade e variedade de questões particulares “não pode nos levar a ignorar o fato de que elas se fundam na *contradição capital-trabalho*. Assim, as lutas sociais [ou ‘particulares’] estão presentes diretamente nas contradições estruturais (capital-trabalho) e nas suas manifestações (refrações da ‘questão social’), configurando [diversas] formas e espaços das lutas de classes” (*ibidem*, p. 117).

Nesse sentido, se as formas de opressão, desigualdade e discriminação devem ser compreendidas como manifestações e desdobramentos da “questão social” (dos fundamentos da sociedade capitalista) ou serem por ela reestruturadas e, portanto, fundadas e/ou atravessadas na/pela contradição de classes; em idêntico sentido, as lutas antiopressivas, mesmo aquelas orientadas diretamente para as manifestações particulares e não para o cerne

ou fundamento da “questão social”, devem ser compreendidas em parte como desdobramentos e articuladas às lutas de classe (*ibidem*, p. 119). É nesse sentido que Lukács afirma que “o filósofo não tem, portanto, o direito de lançar um olhar arrogante sobre as pequenas lutas do mundo e de as desprezar” (1974, p. 92).

Assim, podemos, na esteira de Losurdo (2015), que parte de Marx e Engels, compreender as *lutas de classe* (em sentido amplo) nas suas duas dimensões: como lutas por “re/distribuição da riqueza” (lutas fundamentalmente econômicas, centradas na exploração) e por “reconhecimento” (lutas eminentemente políticas e antiopressivas).

Lutas de classe (em sentido estrito) e lutas sociais ou antiopressivas (particulares ou identitárias) não são expressões contraditórias, alternativas, mas formam parte de um processo comum, no qual às vezes estão em níveis diferentes. As lutas antiopressivas particulares vêm para *ampliar* o campo político e *complementar* as lutas de classe, e não para substituí-las como alternativas, como surge da análise e programática pós-modernas, que retira as lutas antiopressivas da totalidade social. As lutas na esfera da sociedade civil não são alternativas, excludentes e independentes das lutas da esfera econômica, da produção e do mercado, nem das lutas do âmbito estatal, mas complementares a todas essas. As lutas de curto prazo não podem ser dissociadas do horizonte de longo alcance.

No fundo, não se trata de uma escolha entre a *classe* ou a “*identidade*”, de forma excludente. Trata-se, sim, é de priorizar qual o elemento aglutinador primário das lutas: uma classe – a classe trabalhadora, composta de várias “identidades” de gênero, étnico-racial, de cultura, de religião etc. – ou, ao contrário, uma “identidade” – de raça ou de gênero, composta de várias classes sociais. Certamente a particularidade da “identidade”, como a questão da violência de gênero, envolve mulheres de várias classes sociais, e a reivindicação “nenhuma a menos” não pode se restringir às mulheres operárias, deixando de fora as pertencentes à burguesia. O mesmo ocorre com a particularidade da discriminação e violência racial, em que a demanda “vidas negras importam” não pode atender apenas a população negra trabalhadora. A opressão de gênero ou de raça impacta (mesmo que não igualmente) todos os membros desse grupo identitário, em todas as classes sociais.

Mas as lutas antiopressivas não se restringem a uma questão única, envolvendo diversas dimensões e entrecruzamentos, visando à transformação estrutural de toda forma de opressão e desigualdade, numa orientação antissistema e anticapitalista, inserindo as questões particulares (identitárias) na totalidade social. A condição real e concreta da mulher remete não apenas ao machismo, mas também à exploração de classe. A condição real e concreta da população negra, particularmente no Brasil, não remete apenas à opressão racial, mas também à exploração econômica. Portanto, o combate ao machismo, assim como ao racismo, deve ser também uma luta contra o capitalismo.

É preciso, portanto, articular as lutas de classe com as lutas antiopressivas particulares, as lutas nas esferas da sociedade civil, do Estado e do mercado, as metas de curto, médio e longo prazos, os objetivos alcançáveis “aqui e agora” com as finalidades de maior alcance. Nessa linha, Mészáros argumenta que:

[...] enfatizar a importância de uma perspectiva de longo prazo não significa que possamos ignorar “o aqui e agora”. Pelo contrário, a razão pela qual devemos nos interessar por um horizonte muito mais amplo que o habitual é para poder conceitualizar de maneira realista uma *transição* para uma ordem social diferente a partir das determinações do presente. A perspectiva de longo prazo é necessária



porque a meta real da transformação só pode estabelecer-se dentro de tal horizonte. Ademais, sem identificar a meta adequada, seguramente seria como viajar sem bússola e, portanto, as pessoas envolvidas poderiam desviar-se facilmente de seus objetivos vitais. Por outro lado, a compreensão das determinações objetivas e subjetivas do “aqui e agora” é igualmente importante. Pois a tarefa de instituir as mudanças necessárias se define já no presente, no sentido de que ao menos comece a realizar-se no “exatamente aqui e agora” (mesmo que o seja de maneira modesta, mas com plena consciência das limitações existentes e das dificuldades para sustentar a jornada em seu horizonte temporal mais distante) ou não chegaremos a parte alguma [...]. A verdade é que não se poderá conseguir nada se ficarmos esperando *as condições favoráveis e o momento adequado*.

As pessoas que advogam por uma grande mudança estrutural devem estar sempre conscientes das limitações que terão de enfrentar. Ao mesmo tempo, devem estar atentas para evitar que o peso de tais limitações se congele e se transforme na força paralisante [...] (MÉSZÁROS, 2003, p. 122).

Assim, a *perspectiva de “longo alcance”* não deve subsumir a *compreensão dos fenômenos cotidianos, do “aqui e agora”*; a luta pela emancipação política e humana é tanto uma luta estrutural, em torno da central contradição de classes, fundamento do capitalismo, quanto também um conjunto de lutas em torno das diversas e variadas manifestações da “questão social”, das múltiplas formas de discriminação, desigualdade e opressão na vida cotidiana das pessoas. O pensamento crítico marxista deve, portanto, ter, como afirmou Eduardo Galeano (2017), “um olho no *microscópio*” e o “outro olho no *telescópio*”, observando os fenômenos e processos sociais singulares e atentos às estruturas sociais que os condicionam e os determinam.

## 5. Conclusão

Em síntese, *exploração* e *opressão* não são categorias nem expressam relações alternativas e excludentes. Ao contrário, ambas remetem a formas particulares de desigualdade e dominação. Portanto, as lutas antiopressivas e as contra a exploração podem e devem se articular para formarem parte de um mesmo projeto de emancipação.

No mesmo sentido, as categorias de *classe* e de “*identidade*”, que efetivamente remetem a tipos de relação diferentes – relações de produção (as classes) e relações de opressão e discriminação (as “*identidades*”) –, também não são alternativas. Portanto, podemos e devemos articular a organização e as lutas da classe trabalhadora com a organização e as lutas das mulheres, dos negros, assim como de todo coletivo social submetido a diversas formas de opressão, discriminação e desigualdade social.

É verdade que os fins das lutas antiopressivas particulares, ou “*identitárias*”, podem em si ser alcançados dentro da ordem. Constituem-se, por assim dizer, em lutas por reformas dentro da ordem, num processo de emancipação política. Isto é, o capitalismo subsiste sem discriminação racial, sem discriminação de gênero, sem homofobia, xenofobia etc. Porém é preciso alguns esclarecimentos.

Primeiro, é necessário ter clareza que, se dentro da ordem burguesa é possível conquistar a igualdade de gênero, de raça etc., superando o machismo, o racismo etc., isso é necessariamente uma *conquista* das lutas sociais, e não de um processo natural de desenvolvimento civilizatório do capitalismo. Isto é, o sistema capitalista pode conviver com a (e sobreviver à) superação do machismo / patriarcalismo, do racismo etc., mas ele não

promoverá esses movimentos emancipatórios. A emancipação política e a superação dessas formas de opressão serão necessariamente resultado das lutas dos setores subalternos e oprimidos.

Em segundo lugar, o capitalismo pode sobreviver e conviver com a igualdade de gênero, de raça, de etnia ou de nacionalidade etc., mas não sobrevive à total ausência de desigualdade. Isto é, a ordem burguesa não permitirá que a igualdade seja alcançada em todas as formas de opressão, pois ela precisa de um diferencial, de uma massa populacional para empregar de forma precária, com salários mais baixos e para realizar tarefas desqualificadas, insalubres ou de elevado risco. Dessa forma, a “conjunção” gramatical deve ser “ou”, e não “e”. Trata-se, nos limites do capitalismo, de igualdade racial *ou* étnica *ou* de gênero *ou* nacional etc.; mas não de igualdade racial *e* étnica *e* de gênero *e* nacional etc.

Em terceiro lugar, a igualdade étnico-racial, de gênero etc. nunca será *plena* no capitalismo, pois no interior de cada uma dessas categorias ou “identidades” ainda vai persistir a desigualdade oriunda da exploração capitalista, à qual é submetida a classe trabalhadora, composta de todas essas “identidades”. Portanto, a emancipação não será completa, mesmo se alcançarmos a emancipação política. Ou seja, nem a mulher, nem a população negra, serão plenamente emancipados se, mesmo superando a opressão de gênero e racial, persistir a exploração à qual são submetidos no capitalismo, enquanto trabalhadoras.

Isto é, por todos esses motivos, um projeto efetiva e plenamente emancipatório, mesmo que “identitário”, deve articular as lutas antiopressivas particulares com as lutas anticapitalistas, deve articular as reformas, tanto econômicas quanto políticas (como meios), com a revolução socialista (como fim).

Socialista? Sim! Um socialismo construído não apenas na transformação das relações de produção, mas na plena emancipação humana, alicerçada na eliminação das formas de opressão e na construção da igualdade social entre os diferentes, fundada na supressão da exploração entre as classes. Enquanto a sociedade se pautar pelo lucro capitalista, centrado na exploração do trabalho alheio, não haverá plena e efetiva emancipação para homens, mulheres, negros, brancos ou de qualquer outra etnia, crença, nação ou cultura. Sempre haverá reserva de força de trabalho barata.

A possibilidade e efetividade da articulação das lutas antiopressivas particulares (“identitárias”) com as lutas contra a exploração (de classe) está na capacidade que as duas tenham de se interpenetrarem mutuamente. Se, por um lado, as lutas contra o racismo e contra o machismo, por exemplo, precisam ter como horizonte o fundamento anticapitalista e a contradição de classes, por outro lado, as lutas de classes precisam ser também uma luta pela igualdade racial e de gênero.

Esta é uma luta e um projeto que envolve todos os gêneros, todos os grupos étnico-raciais, os indivíduos de todas as orientações sexuais, de todas as culturas e nacionalidades, enfim, todas as “identidades”, porém, não envolve todas as classes sociais, mas fundamentalmente a classe trabalhadora!

Um projeto que visa a *superação das desigualdades sociais na presença das diferenças (e “identidades”) individuais*, mas pressupondo a *supressão das classes sociais*. A igualdade social não exige a eliminação das diferenças, mas sim das classes.

## 6. Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- GALEANO, E. Escreva com um olho no microscópio e o outro no telescópio. **Ficção em Tópicos**, 2017. Disponível em: <https://ficcao.emtopicos.com/2017/04/escrever-geral-especifico-historia/> . Acesso em: jan. 2021.
- HAIDER, A. **Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.
- LOSURDO, D. **A luta de classes: Uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**, v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MESZÁROS, I. “Economia, política e tempo disponível: para além do capital”. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MONTAÑO, C. **Identidade e Classe Social**. Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Ed. FURB, 1999.
- SAFATLE, V. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- WOOD, E. **Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.